



RATIO - FACULDADE TEOLÓGICA E FILOSÓFICA

CURSO DE PSICOLOGIA

MARIA ELIEIDE DA SILVA

A FUNÇÃO DO PSICÓLOGO NA ESCOLA

FORTALEZA – CE

2019



RATIO - FACULDADE TEOLÓGICA E FILOSÓFICA

A FUNÇÃO DO PSICÓLOGO NA ESCOLA

Submetido à aprovação do curso de PSICOLOGIA, pela Ratio – Faculdade Teológica e Filosófica, como requisito parcial para a obtenção do título de BACHAREL EM PSICOLOGIA.

Orientador(a): prof^a. Especialista, Roberta Maria de Albuquerque Sá.

FORTALEZA - CE

2019

MARIA ELIEIDE DA SILVA

A FUNÇÃO DO PSICÓLOGO NA ESCOLA

Monografia como pré-requisito para obtenção do título de BACHAREL EM PSICOLOGIA, outorgado pela Ratio – Faculdade Teológica e Filosófica, tendo sido aprovada pela banca examinadora composta pelos professores.

Data da aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Especialista. Roberta Maria de Albuquerque Sá
Orientador (a)

Prof^a. Dra. Virzângela Paula Sandy Mendes
(convidada)

Prof^a. Dra. Lucili Grangeiro Cortez
(convidada)

DEDICATÓRIA

À minha família por estar ao meu lado sempre, me dando suporte em todas as horas. Mostrando-me a importância da união e perseverança, quando se pretende obter o sucesso almejado...

Minha família, meu tudo!

AGRADECIMENTOS

À meu Deus, eterno e majestoso que nos momentos mais difíceis nunca me deixou desistir, sempre me deu forças, coragem e perseverança para seguir em frente, falando ao meu coração que eu iria conseguir.

Aos meus pais pelo incentivo e apoio, pois não mediram esforços para que eu pudesse alcançar mais uma conquista.

À orientadora, professora Esp. Roberta Maria de Albuquerque Sá, pela dedicação e compromisso.

Sou grata a todos os familiares e amigos que estiveram comigo nesta caminhada, a todos os professores, grandes mestres que me proporcionaram novos conhecimentos.

“Ensino é o arranjo de contingências de reforçamento que agilizam a aprendizagem. Aprendizagem ocorre sem ensino felizmente, mas contingências melhoradas aceleram o processo e podem mesmo gerar comportamento que, de outro modo, nunca apareceria [...] Não podemos simplesmente esperar que nosso aluno se comporte de um dado modo [...] pra reforçá-lo. De um modo ou de outro, nós precisamos levá-lo a se comportar.” (SKINNER, 1972).

RESUMO

Este trabalho, busca salientar em meios a referenciais teóricos, a importância da atuação de psicólogos no âmbito educacional/escolar. Importante se faz destacar a necessidade da presença destes profissionais junto às equipes multidisciplinares, buscando a melhoria dos estudantes e profissionais envolvidos, no tocante à identificação de problemáticas relacionadas a aprendizagem, acompanhamentos de crianças com dificuldades específicas, capacitação de professores , coordenadores e demais agentes dentro das escolas, para que consigam realizar um verdadeiro trabalho de significativa aprendizagem, desmistificando a ideia já arraigada, de uma atuação clínica dentro da escola.

Palavras-chave: Educação, Psicologia, reciclagem, intervenção.

RESUMEN

Este trabajo busca enfatizar en significa las referencias teóricas, la importancia del desempeño de los psicólogos en el campo educativo/escolar. Es importante destacar la necesidad de la presencia de estos profesionales con equipos multidisciplinares, buscando la mejora de los estudiantes y profesionales implicados, en cuanto a la identificación de problemas relacionados con el aprendizaje, Acompañando a niños con dificultades específicas, capacitación de maestros, coordinadores y otros agentes dentro de las escuelas, para que puedan realizar un trabajo real de aprendizaje significativo, desmitificando la idea ya arraigada, de un desempeño clínico dentro de la escuela.

Palabras clave: educación, psicología, reciclaje, intervención.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. PSICOLOGIA NA EDUCAÇÃO.	14
2.1 HISTÓRICO DA PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO.	14
2.2 AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA PARA A EDUCAÇÃO.	15
3. PRINCIPAIS ABORDAGENS PSICOLÓGICAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES COM A PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO.	18
4. DISTÚRBIOS DE COMPORTAMENTO.....	23
5. PAPEL DO PSICÓLOGO NA ÁREA EDUCACIONAL.	25
5.1 CARACTERÍSTICAS DO PAPEL DO PSICÓLOGO ESCOLAR	25
5.2 ASPECTOS ÉTICOS NA ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO EDUCACIONAL.....	27
6. A INSTITUIÇÃO ESCOLAR NO BRASIL.	30
7. METODOLOGIAS ATIVAS (MODERNAS).....	40
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS	
ANEXOS.....	

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

QI – coeficiente de inteligência;

et al – e outros;

apud – designa a origem de uma citação indireta;

etc – e outras;

p. – página;

CFP – Conselho Federal de Psicologia;

art – artigo;

nº - número;

séc. – século.

OBJETIVO GERAL

Delimitar e definir o trabalho do profissional psicólogo escolar, com o propósito de valorizar e tornar conhecida essa área extremamente rica, mas pouco explorada.

OBETIVOS ESPECÍFICOS

- Esclarecer quais as funções que o Psicólogo Escolar deverá desenvolver quando no exercício de sua atividade, contemplando a elaboração da metodologia de trabalhos multidisciplinares, dentre outros;
- Mostrar os desafios que o Psicólogo enfrenta, desde os primórdios até os dias atuais;
- Conscientizar e promover junto com a equipe pedagógica o projeto político pedagógico escolar;
- Desenvolver ações em conjunto com corpo docente a fim de esclarecer junto à família e discentes sobre metodologias e objetivos escolares.

1. INTRODUÇÃO

Esta é uma área de atuação que chega a se confundir com a própria história da Psicologia como Ciência, devido a Psicologia de um modo geral, abordar conhecimentos relacionados ao desenvolvimento e comportamentos dos seres humanos aplicados à educação. Contudo, a Psicologia da Educação, nasce com o propósito de contribuir para a Educação se tornar cada vez mais eficaz ao planejar e desenvolver métodos de ensino. Tendo a difícil missão de tornar mais eficiente a Educação nos países europeus e nos Estados Unidos da América. Diversas pesquisas foram realizadas com o intuito de atingir esse objetivo, sendo usados nessas pesquisas diferentes procedimentos investigativos, dos quais se destacam a experimentação com animais e crianças, e a observação das situações de aprendizagem.

De acordo com Durkheim (1893 apud PATTO, 1984), é dever e função da educação, construir em cada novo indivíduo um ser social solidário, ou seja, cabe a geração adulta agir de modo a preparar o novo indivíduo à viver e conviver bem, em sociedade. Tendo em vista que esses comportamentos que fazem nascer um novo ser, não nasce com o próprio, são agregações feitas através da educação. Não se pode, destinar uma criança às profissões somente pela função do seu local de nascimento ou origem social, mas também as aptidões individuais. Portanto, a educação, enquanto instituição socializadora desempenha nas sociedades a homogeneização e a diferenciação de seus integrantes.

Segundo Meira (2000), a atuação da Psicologia Educacional refere-se ao exercício profissional do psicólogo que atua no campo da educação, seja ela em escolas ou não. Para dar conta de inserir-se no campo da educação, deve apropriar-se de diferentes elaborações teóricas construídas por outras áreas do saber.

Para exemplificar, a Pedagogia e a Filosofia, de forma a assumir um compromisso teórico e prático com as questões escolares e constituir-se em seu foco principal de reflexão.

Portanto, significa que é do trabalho desenvolvido no interior das escolas onde emergem as questões para as quais se deve buscar os recursos explicativos e metodológicos, que possam estar orientando a ação do psicólogo escolar/educacional.

2. PSICOLOGIA NA EDUCAÇÃO.

2.1 HISTÓRICO DA PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO.

Quando nos referimos à Psicologia da Educação, podemos destacar semelhanças e divergências de ideias entre autores e pesquisadores que contextualizaram essa área de atuação. Contudo, a mesma surge com o propósito de dar a sua contribuição para a educação obter êxito significativo. Se detendo da Psicologia enquanto ciência para aplicar seus conhecimentos na educação. O surgimento da Psicologia enquanto ciência no início do século XX, se dá através da separação da Psicologia e a Filosofia. Sendo que a nova ciência, utiliza-se das ciências físicas e naturais, no desenvolvimento de seus métodos experimentais.

Segundo Coll et al. (1999) e Cattell (1860 – 1944): Trabalhou no Laboratório fundado por Wundt (Laboratório de Psicologia Experimental de Leipzig). Também trabalhou na Universidade da Pennsylvania (Estados Unidos). Construiu diversos testes mentais e pensava na aplicação da Psicologia em diversos campos, entre eles a Educação. Este autor também foi o idealizador do ensino da leitura por meio de palavras simples e não mais por intermédio da silabação. Já o estudioso John Dewey (1859 – 1952): Concordava com Herbart que o ensino deve ser intencional e com métodos baseados nos conhecimentos científicos e, em consonância com essa ideia, afirma a importância do professor. Contudo, apesar de apontar para a importância do método, destaca que a criança é ativa no processo de aprendizagem. Para ele, a finalidade da Educação é fruto da reorganização que o indivíduo faz de suas experiências. Enquanto Willian James (1842 – 1910): Era médico e sua obra mais importante foi *Talks to teachers on psychology and to students on some of life's ideals**, apresentada em 1899. Teve grande influência na teoria educativa dos Estados Unidos no final do século XIX e no início do século XX. Sua obra está nas bases da Psicologia Funcional. G. Stanley Hall (1844 – 1924): Foi um grande pesquisador sobre a Psicologia da criança e foi quem divulgou o questionário para analisar/avaliar o pensamento infantil nos Estados Unidos. Acreditava que o desenvolvimento dos indivíduos era “uma recapitulação da evolução biológica”. Defendia que a Educação deveria conhecer os níveis de desenvolvimento dos alunos, bem como suas necessidades, e isto deveria ser o ponto de partida da Educação.

* *Talks to teachers on psychology and to students on some of life's ideals – Palestras para professores de psicologia e estudantes sobre alguns dos ideais da vida.*

No início do século XX, nos três primeiros dez anos, a psicologia aplicada à educação crescia nos Estados Unidos, devido a necessidade de um novo profissional que tivesse capacidade de usar os conhecimentos da psicologia na área da educação. À mesma, ganha destaque até a década de 50, e, isso começa a obter mudanças durante esta mesma década, devido à dúvidas que colocam em questão a aplicabilidade educativa das grandes teorias da aprendizagem, dando espaço para o surgimento de outras disciplinas, como: Sociologia da Educação e Economia da Educação, consideradas tão importantes quanto a Psicologia. Enquanto isso, a Psicologia é deixada de lado para dar espaço às outras que tentam dar conta dos fenômenos educativos. E nesse mesmo período, torna-se obrigatório a escolarização até os 16 anos, em países do Ocidente de boa renda econômica. Enquanto isso, a Psicologia da Educação buscou através dos investimentos financeiros dessa época na educação, fazer pesquisas na área. Na década de 70, houve uma transformação que perdura até os dias atuais na área da Psicologia da Educação, aonde podem ser usados vários termos para descrevê-la, tendo em vista que a mesma é considerada um ramo, tanto da Psicologia, quanto da Educação, aonde o seu objeto de estudo nasce com situações, problemas, fenômenos educacionais sob uma visão psicológica, buscando constatar e explicar o que se passa no seio da situação da educação. Contudo, não apenas psicólogos podem se especializar nessa área, pedagogos também.

2.2 AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA PARA A EDUCAÇÃO.

As experiências de vida das pessoas que se dá através dos erros e acertos ao longo de suas existências, chamamos de Psicologia do senso comum. À qual é praticada informalmente, de forma aleatória todos os dias, em diversas situações e com variados sentidos. Enquanto que a Psicologia como ciência, indo além desse senso comum, parte para um estudo investigativo, sistemático, racional, no qual ganha sentido e valor através da Filosofia. *Além dessa, há diversas outras definições, e, hoje a Psicologia é caracterizada como a ciência que estuda o comportamento e os processos mentais do ser humano. Reconhecer que a Psicologia vem evoluindo e se destacando através dos tempos, também implica reconhecer que ela também construiu uma evolução científica. Isto quer dizer que hoje

* De origem grega, a Psicologia é definida mediante ligação de duas palavras, Psyché e logos que quer dizer, estudo da mente.

existem métodos específicos de seu domínio, para o estudo de seu objeto, o qual também já está definido, recortado da realidade como um objeto determinado e delimitado o homem, seu comportamento e sua subjetividade. Esse objeto de estudo da Psicologia, por sua própria natureza e essência, é amplo, em possibilidades, traçando para a Psicologia, por sua vez, um âmbito de atuação que cobre uma ampla variedade de assuntos. Ao estudarmos o homem e todos os fatores que o diferenciam dos demais animais, torna-se necessário direcionarmos a atenção as funções básicas do comportamento humano (aprendizagem, memória, linguagem, pensamento, emoções e motivações); Questões sociais, típicas da natureza gregária e das formas de vida social do Ser humano; Os ciclos de vida e os aspectos do processo de desenvolvimento do Ser humano; A saúde, suas perturbações e as patologias apresentadas pelo Ser humano, bem como pelas organizações humanas.

Por volta de 1890, nesse período predomina a Psicologia Filosófica, por isso não se pode falar ainda em Psicologia da Educação. Na Psicologia Filosófica uma teoria que se destacava era a teoria das faculdades e esta influenciou fortemente os trabalhos no campo educacional. Na teoria das faculdades o pensamento e a realidade são correspondentes e isso estaria na origem de todo o conhecimento (COLL et al., 1999). Contudo, John Locke*, um filósofo bastante renomado, afirmou que as sensações são fontes de todo o conhecimento e que a mente era um mapa plano que recebia as impressões que viriam dos sentidos, ou seja, o aluno deve aprender as representações simbólicas (linguagem escrita e matemática, por exemplo) que descrevem a realidade. Conclui-se, portanto, que, nesta teoria, a finalidade da Educação seria fazer com que os alunos exercitassem as diferentes faculdades mentais (atenção, raciocínio, memória etc.). (COLL et al., 1999). Herbart, a partir do século XIX, também desenvolve a teoria aperceptiva da aprendizagem, a qual afirmava que o homem teria uma tendência à autoconservação da psique e agiria a partir dessa tendência, ou seja, a mente tinha faculdades que nasciam com o sujeito, exemplo: percepção e memória, e, estas faculdades deveriam ser treinadas por meio da repetição.

No início do século XX, os países desenvolvidos tornam a escolarização obrigatória para toda população, além, também era necessário ser de qualidade, o que foi considerado um acontecimento de extrema importância para a Educação, e conseqüentemente, para a Psicologia da Educação. Era o momento em que depositava na Psicologia a responsabilidade

* John Locke (Wrington, 29 de agosto de 1632 – Harlow, 28 de outubro de 1704) foi um filósofo inglês conhecido como o “pai do liberalismo”, sendo considerado o principal representante do empirismo britânico e um dos principais teóricos do contrato social.

de ajudar a aumentar a qualidade da Educação. Daí surge formalmente a Psicologia da Educação. Essa área da Psicologia, ficou responsável por pensar e realizar testes mentais, intervenções para modificar o comportamento dos alunos, pesquisas sobre desenvolvimento e aprendizagem e também por fazer clínica escolar. Todavia, a Psicologia da Educação surgiu com a responsabilidade de “ajudar” a Educação a se tornar mais efetiva no que diz respeito ao planejamento e ao desenvolvimento das práticas de ensino. Neste âmbito, a Psicologia como ciência poderia ter seus conhecimentos sobre desenvolvimento humano, comportamento humano aplicados à Educação (COLL et al., 1999).

Wallon* tornou-se nessa época (1955), um dos mais conhecidos psicólogos do desenvolvimento. Jean Piaget* e Vygotsky* também se sobressaíram nesse período, escrevendo sobre o desenvolvimento humano, e são até os dias atuais bastante lidos e estudados por muitos pesquisadores e profissionais da Educação na busca de suporte para aprender a lidar com o aluno e poder inovar nas práticas pedagógicas (COLL et al., 1999).

Edward L. Thorndike (1874 – 1949) e Charles H. Judd (1873 – 1946) foram considerados por muitos como os primeiros psicólogos da Educação, sendo que o primeiro estudava processos de aprendizagem em laboratório e o segundo estudava os mesmos processos nas situações reais de aprendizagem.

Entre os anos de 1920 e 1955, a Psicologia tem destaque na Educação e os testes continuam sendo o “carro chefe” da Psicologia Educacional. Contudo, o estudo da motivação, currículo, métodos de ensino e do desenvolvimento humano também ganham destaque. Nessa época, houve um grande conflito entre pesquisadores que acreditavam que os processos de aprendizagem deveriam ser estudados em laboratórios e aqueles que pensavam que estes processos deveriam ser estudados nas situações próprias de aprendizagem. Na década de 1930, a Psicologia da Educação e a Psicologia Social sofrem uma aproximação e Kurt Lewin teve grande responsabilidade por esta aproximação. Após 1955, a aplicação dos conhecimentos psicológicos à Educação é questionada. Outras ciências, como a Sociologia e a Antropologia, por exemplo, passam a estudar os fenômenos educacionais.

* Henri Paul Hyacinthe Wallon foi um filósofo, médico, psicólogo e político francês. Foi neto do político francês Henri-Alexandre Wallon.

* Jean William Fritz Piaget foi um biólogo, psicólogo e epistemólogo suíço, considerado um dos mais importantes pensadores do século XX.

* Lev Semyonovich Vygotsky, foi um psicólogo, proponente da Psicologia cultural-histórica. Pensador importante em sua área e época, foi pioneiro no conceito de que o desenvolvimento intelectual das crianças ocorre em função das interações sociais e condições de vida.

3. PRINCIPAIS ABORDAGENS PSICOLÓGICAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES COM A PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO.

Grandes teóricos da Psicologia, obtiveram destaque em seus estudos voltados à Educação, são eles: Piaget, Vygotsky, Wallon, Skinner* e Freud*. Todavia, entre 1896 e 1980 Jean Piaget foi considerado um dos grandes nomes da Psicologia do Desenvolvimento. Biólogo e com interesses na área da Genética, ele desenvolveu uma teoria sobre a gênese do conhecimento, através da investigação do mundo da criança. A ideia principal da Psicologia Genética, desrespeito a relação entre sujeito e o objeto (lugar onde o sujeito age- social e físico).

O interesse do autor se voltava para a epistemologia do conhecimento. Começou a aplicar testes de QI em crianças, notou que os mesmos erros eram cometidos pelas crianças da mesma faixa etária. Daí, deu início à entrevistas com crianças com o propósito de compreender o raciocínio que elas usavam para solucionar os problemas propostos à elas. Piaget se preocupou em entender como se passa de um pensamento mais elementar para um pensamento mais complexo. Contudo sugeriu três períodos para o desenvolvimento humano, são eles: SensórioMotor (por volta do 0 aos 2 anos de idade), neste período não existem imagens mentais, representações dos objetos que estão ao redor do indivíduo na realidade. Desta forma, aquilo que o indivíduo conhece é dependente, chega a ele através dos órgãos dos sentidos e do aparelho motor (CUNHA, 2002). A inteligência está ligada à experiência imediata e os esquemas constituídos nesse período são esquemas de ação; estes esquemas são transformados em esquemas representativos (CUNHA, 2002).

Operacional Concreto (por volta dos 7/8 aos 11/12 anos de idade). Este período é subdividido em: Pré-operatório, aonde a característica mais marcante é que a linguagem começa a ser formada por expressões que são socialmente organizadas, sendo que anteriormente a linguagem era formada por expressões representativas do indivíduo. Há também (por conta do desenvolvimento da linguagem) um avanço na socialização do indivíduo (CUNHA, 2002).

* Burrhus Frederic Skinner comumente conhecido como B. F. Skinner, foi um psicólogo behaviorista, inventor e filósofo americano. Ele foi o professor de psicologia de Edgar Pierce em Universidade de Harvard de 1958 até sua aposentadoria, em 1974.

* Sigmund Schlomo Freud, mais conhecido como Sigmund Freud, foi um médico neurologista e psiquiatra criador da psicanálise. Nasceu em uma família judaica, em Freiberg in Mahren, na época pertencente ao Império Austríaco.

Operatório, período em que o indivíduo passa a ser capaz de realizar operações, podendo até mesmo fazê-las mentalmente (CUNHA, 2002). É importante ressaltar, no entanto, que essas operações precisam fazer ou já ter feito parte da experiência empírica do sujeito. Nota-se então, um caráter concreto dessas operações (CUNHA, 2002).

Operacional Formal (12 anos em diante), o adolescente já tem a capacidade de abstrair, definir conceitos (através do pensamento hipotético-dedutivo) e raciocinar dedutivamente. O sujeito é capaz, a partir desse momento de sua vida, de operar no ambiente e na resolução de problemas de maneira formal, lógica e simbólica. O pensamento hipotético-dedutivo que está presente a partir desse período permite que o sujeito vá do geral para o particular.

De acordo com esse referencial teórico, quando o sujeito entra em contato com determinado objeto, este o impulsiona a agir sobre ele. Há um desequilíbrio entre sujeito e objeto porque eles estão em níveis diferentes, fato que atrai naturalmente o sujeito ao objeto. Acontece da seguinte forma: o objeto exerce uma pressão perturbadora sobre o sujeito (já que ele está num nível diferente do sujeito), o sujeito sente uma motivação interna para interagir com o objeto, finalmente um impulso para a ação é gerado. O desequilíbrio que inicialmente havia entre sujeito e objeto é superado com a ação do sujeito, o qual apresenta mudanças internas, ou seja, passa de um estado inferior para um estado superior e esta mudança interna é chamada de conhecimento (CUNHA, 2002).

Piaget descreveu os processos de assimilação, acomodação e equilíbrio, que nos ajudam a compreender como ocorre o processo de desenvolvimento humano. O autor chamou de assimilação o processo no qual o sujeito, ao interagir com o objeto, traz os seus esquemas cognitivos, mesmo que estes esquemas não deem conta de compreender totalmente os objetos. Já no processo de acomodação, o sujeito sofre modificações nos seus esquemas cognitivos ao agir sobre o objeto, tentando uma adaptação e assim uma superação do desnível que existia entre ele e o objeto. Após esses dois processos, o equilíbrio é atingido, e assim o sujeito domina o objeto e está em equilíbrio com ele (CUNHA, 2002).

Através da maturação das estruturas cognitivas e das interações do indivíduo com o meio, o mesmo têm capacidade de atingir determinado nível de desenvolvimento cognitivo. Dessa forma, o desenvolvimento aconteceria com a organização e a reorganização dessas estruturas cognitivas em conjunto com sua forma de interagir com o meio ao qual está inserido.

Segundo Rogo (2002), vindo de família judaica, Vygotsky (1896-1934), frequentou a Universidade de Moscou, cursou Direito e Literatura, e no percorrer dos cursos participou de

atividades nos cursos de História e Filosofia. Também fez algumas disciplinas do curso de Medicina. Sua obra foi produzida na Rússia logo após a Revolução de 1917. Foi considerado um grande estudioso e autor da Psicologia. Muito lhe atraía os estudos do desenvolvimento humano, além de seu forte interesse em compreender as deficiências físicas e mentais. Como professor palestrante e escrevendo críticas literárias, deu início ao trabalho no ramo da Literatura e Psicologia, aonde se destacou.

Vygotsky fazia relação dos seus estudos sobre o desenvolvimento humano com o contexto histórico-cultural, aonde afirmava que de acordo com as relações sociais que o indivíduo estabelece, originam-se das funções psicológicas superiores.

As obras de Vygotsky foram fortemente influenciadas pela teoria marxista. Um exemplo dessa influência pode ser percebido na compreensão que o autor tem sobre o desenvolvimento das características humanas no indivíduo. Ele afirma que o homem desenvolve características humanas numa relação dialética com o meio sócio-histórico, ou seja, fatores inatos e ambientais (sociais, históricos e físicos) interagem dialeticamente. Nessa relação o homem transforma o meio e ao mesmo tempo também é transformado por este (REGO, 2002).

Dependendo do processo de aprendizagem, se dá o desenvolvimento das funções psíquicas. Contudo, o indivíduo precisa para se tornar humano, internalizar aquilo que foi produzido na história da humanidade, aquilo que tem sido mantido e transmitido por meio das práticas culturais.

Nascido na França, apesar de ter estudado Medicina e Filosofia, Wallon se empenhou e dedicou-se aos estudos na área da Psicologia, se aprofundou nos estudos sobre o desenvolvimento psíquico da criança. Foi daí que surgiu a sua crítica quanto a ideia de Piaget que fala do desenvolvimento em estágios lineares. Wallon defende que estágios de desenvolvimento não apresentam ordem linear, podendo acontecer idas e vindas do sujeito nesses estágios. O mesmo afirma que o desenvolvimento se daria através do amadurecimento do sujeito mediante as situações vividas no cotidiano. Wallon acredita que a cultura e a linguagem ajudam na evolução do pensamento, a cognição social é flexível, descontínuo, por tanto, sofre conflitos, retrocessos, rupturas e tudo tende ao crescimento.

O autor acredita que o sócio-cognitivo na criança vai construindo aos poucos, e seu primeiro meio de comunicação se dá por meio das suas emoções que se constroem da ação e interpretação do meio entre seres humanos. A sua subjetividade começa a ser formada a partir do momento que ela começa a se diferenciar dos outros. Com base na teoria do

desenvolvimento de Henry Wallon, as fases específicas aonde predominam atividades, como: Impulsivo e Emocional (0 à 1 ano); predominam atividades de investigação, exploração e conhecimento do mundo social e físico. Sensório-motor e Projetivo (1 à 3 anos); negocia com o mundo sócioafetivo. É regida pela afetividade. Personalismo (3 à 6 anos); aparece a imitação inteligente, agora mediada pela fala e pelo domínio do meu/minha. Categorical (6 à 11 anos); avanço na inteligência. Puberdade e adolescência (acima dos 11 anos) e adulto; volta-se a questões pessoais, morais, predominando a afetividade.

Skinner, grande estudioso nascido em 1904 na Pensilvânia, dá origem a uma ciência que deu nome de Análise do Comportamento, na qual filosoficamente é chamada de Behaviorismo Radical. A mesma busca estudar e compreender o comportamento, mediante as consequências que o mesmo provoca no meio ao qual está inserido. A educação dentro dessa teoria é avaliada através dos aspectos sociais, comportamentais em relação aos problemas diários, buscando meios, propostas de procedimentos de ensino que podem colaborar bastante para o Campo Educacional. Devido a negligência educacional, Skinner deixa claro que essa colabora de modo que o ensino não torne-se efetivo. Faz indagações quanto ao alto investimento na área da educação e que ao mesmo tempo não se têm uma educação de qualidade. Diz ainda que o dinheiro é mal aplicado, não há um direcionamento sadio. Questiona ainda a atuação do professor na sala de aula, o que esses profissionais estariam fazendo ou poderiam fazer na busca de mudanças e melhoras efetivas na educação.

De acordo com a Psicologia Educacional com embasamento na Comportamental, há uma busca por uma prática pedagógica que atenda as necessidades de cada indivíduo no que diz respeito à educação. Pesquisadores e estudiosos dessa área, afirmam que a avaliação padrão e demais atividades padronizadas, ainda hoje praticada nas escolas, contribuem para que apenas alguns se sintam assistidos, quanto as suas necessidades individuais, apenas alguns obterão sucesso nos estudos. Pois na maior parte do tempo o aluno passa fazendo coisas que não gostam, falta reforço positivo. Dessa forma, para se livrar ou evitar estímulos aversivos ou para não perder reforçadores, acaba se comportando.

E ainda de acordo com a abordagem comportamental da educação, o professor torna-se indispensável no processo de ensino-aprendizagem, tornando-se responsável pelo ensino. Contudo, para isso é necessário que o mesmo, planeje esse ensino, execute e avalie, utilize os procedimentos anteriores para realização de novos planejamentos.

Apesar de Freud não ter formulado estudos à respeito da Psicologia da Educação, deu sua contribuição através da Psicanálise e seus conceitos que levam a pensar sobre várias

questões e problemas educacionais. Dentre esses conceitos, estão: id- instância formada por impulsos; Ego- controla os desejos do id e superego; Superego- formado pelas normas sociais e culturais que o indivíduo adquire; A transferência que acontece de paciente para terapeuta, afetos que são correspondentes as figuras do pai e da mãe; A contratransferência que acontece do terapeuta para o paciente. Fenômenos esses que de acordo com a Psicanálise, também ocorrem na escola entre professor e aluno. Sonhos e atos falhos são desejos inconscientes, realizações imperfeitas; Sublimação- energia sexual reprimida voltada para objetivos aceitos socialmente; Neuroses- angústias e pensamentos frequentes que causa sofrimento; Complexo de Édipo- acontece na fase fálica, aonde as fantasias infantis giram em torno do pênis nos meninos, e nas meninas a descoberta da falta desse órgão.

De acordo com CUNHA (2002), é importante pensarmos como esta abordagem teórica compreende o ensinar e o aprender. De acordo com a Psicanálise, estes são permeados pelo desejo, que em grande parte é inconsciente. Disso decorre a adoção de uma postura diferenciada do professor no processo de ensino-aprendizagem, devendo ir além de questões objetivas. Ele deveria estar atento às suas atitudes e às atitudes dos alunos, pois elas podem explicitar aspectos inconscientes, desejos reprimidos, que permeiam as relações em sala de aula.

Portanto, a partir de uma visão de Educação baseada na Psicanálise, teríamos um professor mais humano na sala de aula e, por consequência, uma Educação mais humanizadora (CUNHA, 2002).

Segundo o autor Georges Mauco (apud CUNHA, 2002), a Psicanálise pode contribuir com a Educação elucidando a importância do mestre como modelo e possibilitador do diálogo, isto quer dizer que o professor pode fornecer aos alunos um modelo de ego ideal com o qual possam identificar-se e, assim, as energias, pulsões reprimidas do inconsciente podem ser canalizadas e usadas em atividades que contribuam para o avanço social/cultural. O professor pode ainda, sendo um ego ideal, ajudar seu aluno a compreender as regras sociais (CUNHA, 2002).

4. DISTÚRBIOS DE COMPORTAMENTO.

As mudanças que ocorrem no âmbito social e na economia, acabam afetando automaticamente as famílias e indiretamente colaboram para sérios problemas escolares. Aonde as crianças ao serem influenciadas por esses fatores acabam adotando comportamentos que dificultam a sua relação no ambiente escolar, familiar e social, gerando distúrbios afetivos, emocionais e sociais que interferem na comunicação e na solução de problemas. Podem ter alterações de humor com irritação, amargura, desgosto, agressividade.

As crianças e adolescentes que mudam de comportamento sem motivos aparentes, ligados a fatores de estresse, que violam regras que até então eram seguidas por ela, sem questionamentos, requer que seja avaliado o seu caso clínico na busca de diagnosticar possíveis problemas afetivos e transtornos de conduta. Porém é válido salientar que comportamentos como esquivar da sala de aula e mentir podem acontecer durante o desenvolvimento da criança e adolescente e ser considerado normal. E para saber diferenciar o que é normal e o que é patologia, torna-se necessário observar se esses comportamentos acontecem casualmente e isoladamente ou se são desvios de comportamentos que fogem dos padrões de comportamentos dos indivíduos da mesma idade e sexo, de determinada cultura.

Segundo Winnicott*, quando crianças sofrem privação afetiva, manifestam-se os comportamentos antissociais no lar ou numa esfera mais ampla. Do ponto de vista psicodinâmico, estes comportamentos demonstram esperança em obter algo bom que foi perdido, sendo a ausência de esperança a característica básica da criança que sofreu privação. O jovem experimenta um impulso de busca do objeto, de alguém que possa encarregar-se de cuidar dele, esperando poder confiar num ambiente estável, capaz de suportar a tensão resultante do comportamento impulsivo. O ambiente é repetidamente testado em sua capacidade para suportar a agressão, tolerar o incômodo, impedir a destruição, preservando o objeto que é procurado.

Do ponto de vista de Piaget (1988), a ação é movida pela motivação, todavia os aspectos cognitivos e afetivos são inseparáveis. E a criança precisa sentir-se preparada para passar por tais emoções, como: medo, ansiedade, curiosidade, insegurança, alegria, satisfação, realização, ao mesmo tempo que acontece o seu aprendizado. Na sala de aula as ações que advêm de emoções afetivas são demonstradas através do medo em participar de

* Donald Woods Winnicott (Plymouth, 7 de abril de 1896 – 28 de janeiro, 1971) foi um pediatra e psicanalista inglês. E um dos primeiros autores a hierarquizar o papel da mãe no funcionamento mental da criança.

atividades que tenha que se expor; a inquietação gerada pela alegria, o entusiasmo para a realização de atividades; e por último uma grande ira capaz de expor o professor diante da sala de aula. Acarretando desgastes emocionais e físicos.

Por não saberem como lidar com os problemas afetivos de sala de aula, na maioria das vezes os professores acabam interpretando como desatenção ou como indisciplina. Por isso, há uma grande insistência pela contenção do movimento, como se sua simples eliminação pudesse assegurar a aprendizagem da criança. E são através desses movimentos que podem gerar emoções como alegria, que ao se produzir revela uma grande excitação motora, onde poderá ser trabalhado várias atividades facilitadoras do conhecimento. Ao fazer uma relação entre problemas afetivos e o fracasso escolar, a sua origem é detectada pelo professor, na vida familiar da criança. Esses problemas afetivos são destacados, por um lado, como maus-tratos em relação à criança, a rejeição e o desamparo por parte dos pais e o desentendimento entre os pais, e, por outro lado, como decorrência dessa vida familiar precária, ressaltam a carência emocional, e o medo, a agressividade, a autoimagem negativa e a falta de motivação.

Levando em consideração que esses problemas afetivo-emocionais detectados nos alunos e relacionados com seu desempenho acadêmico insatisfatório são, em sua essência, decorrentes de fatores extraescolares, muitos professores sentem-se impotentes para trabalhar com eles, vendo como única solução o encaminhamento do aluno para um psicopedagogo ou psicólogo.

O trabalho que se realiza com uma criança que é encaminhada se detém à testes, conversas, jogos e brincadeiras, com o intuito de levá-la a superação do problema diagnosticado. No entanto, quase sempre esse trabalho é feito apenas com a criança, e só em alguns casos busca-se envolver a família no processo de tratamento. O desenho da figura humana é um dos testes que tem sido utilizado para diagnosticar crianças com problemas emocionais e comportamentais.

O conjunto de fatores de risco baseados na criança inclui componentes biológicos e de temperamento, manifestação de sintomas/problemas físicos e psicológicos e a competência (cognitiva e social) desenvolvida (Finnstrom, Gaddlin, Leijon, Samuelsson, & Wadsby, 2003; Lewis et al., 1988). Comportamento é apenas um entre esses fatores; no entanto, merece destaque uma vez que os estudos sobre fatores de risco têm mostrado que os problemas de comportamento são condições importantes, frequentemente associadas a distúrbios de aprendizagem ou baixo rendimento escolar. Neste contexto, Speakman et al. (1993), por

exemplo, apontam, entre os fatores de risco para problemas de aprendizagem, temperamento difícil, déficits de atenção, baixa tolerância à frustração e relacionamentos sociais pobres.

5. PAPEL DO PSICÓLOGO NA ÁREA EDUCACIONAL.

5.1 CARACTERÍSTICAS DO PAPEL DO PSICÓLOGO ESCOLAR

A Psicologia Escolar até os dias atuais não é lida o devido valor, vista como uma área simples de atuação, não exigindo muito preparo ou experiência. Isso deve-se ao fato de a mesma ter surgido a partir da área clínica, o que acarretou em uma visão de uma psicologia escolar clínica. Aonde o psicólogo escolar passa a ser enxergado como aquele que pode encontrar a saída para todos os problemas, sem que haja uma preocupação da própria escola em rever seus programas, técnicas de ensino, adaptações ou aprimoramentos dos currículos e a atenção voltada à relação entre professor e o aluno. Não se questiona os reais objetivos e ideais da escola, ao mesmo tempo em que a mesma transfere para o psicólogo a responsabilidade de lidar com os problemas dos alunos e os devolve à sala de aula bem ajustados. E o professor ao passar a bola adiante, busca se sair da responsabilidade que também tem para com o aluno.

O uso de testes variados de QI*, provas de personalidade acompanhados de elaboração de diagnósticos e orientação bastante minuciosas e aprofundadas é um trabalho clínico frequente dentro da escola. Trabalho esse que acaba se tornando sem valor e sem sentido, devido à maioria das famílias não aceitarem e acabarem jogando a culpa do fracasso dos filhos na própria escola. Todo cliente que buscar uma orientação psicológica, primeiro deve passar por um processo minucioso na busca da aceitação do que está acontecendo com o mesmo. E quando a escola decide por conta própria realizar esse processo, através do profissional de psicologia sem uma conscientização da família à respeito do que esteja acontecendo com o filho que está com problema, podendo acarretar em recusa até em colaborar na fase inicial de diagnóstico. Um outro ponto a ser avaliado quanto ao atendimento psicológico dentro da escola, como: psicoterapia para os alunos que apresentam distúrbios emocionais, de conduta e psicomotricidade. Torna-se completamente inviável, pois corre-se o risco do tratamento ser voltado ao senso comum, a escola por ser um ambiente aonde as

* QI – coeficiente de inteligência.

pessoas convivem por tempo prolongado, acaba comprometendo o sigilo que pode vir a ser quebrado pelos próprios alunos.

A Psicologia Escolar, por ficar entre a psicologia clínica e organizacional e lidar com questões sociais complexas dentro de uma instituição, repleta de hierarquias, o que impacta nas mudanças dentro da instituição e repercute em todo o contexto social.* Deve partir de um trabalho preciso, mediante à análise da própria instituição, considerando o social aonde estão situados os clientes e os grupos que a compõem, passando desde sua hierarquização, relação de poder, análise da sua filosofia, até chegar a política educacional mais completa. Buscando conscientizar tanto os docentes, quanto os discentes e todos os demais agentes pedagógicos da realidade precisa da escola à qual estão inseridos. Realizando dessa forma com eles, uma reflexão crítica sobre as expectativas dos alunos, sobre a relação professor – aluno, seus objetivos e sobre a organização de modo geral, levando em consideração as mudanças que a cada dia recai sobre a sociedade e os impactos das mesmas na vida de cada um. Tirando o foco da culpa do aluno pelas dificuldades que a escola passa, estabelecendo uma visão holística e aceitável sobre toda essa crise vivenciada pela mesma, revendo todos os seus aspectos e buscando meios de lidar com tal situação. Contudo, o psicólogo escolar age em conjunto com toda a equipe pedagógica escolar, como agente de mudanças em busca de pensar e ver juntos formas de organização e relacionamento com outras instituições e estrutura social, sempre propondo discussões sobre essas relações e comunicação.

Sendo propriamente psicológica, a Psicologia Escolar é uma especialização na área de Psicologia que surgiu com o intuito de compreender as causas do fracasso de muitas crianças no sistema escolar. O trabalho do psicólogo escolar junto aos professores, busca colaborar para o fortalecimento e atuação de qualidade do mesmo para com o seu alunado. Sendo que é importante auxiliar o educador no convívio das relações grupais. Através do respeito pelo conhecimento que o educador possui, torna-se possível que o psicólogo ganhe sua confiança e dessa forma, consiga ajudá-lo a se descobrir e a ter maior segurança e autonomia na sala de aula. A formação em serviço dos educadores é o trabalho mais importante que o psicólogo pode desenvolver em uma instituição de educação, apontando algumas direções que possibilite ajudar o educador a refletir sobre sua infância, para melhor

* Acompanhar, avaliar e orientar uma atuação de psicólogos e psicólogas para a área de Psicologia Escolar e Educacional são grandes desafios na atualidade, desafios estes assumidos pela equipe gestora do Conselho Federal de Psicologia (CFP) que incluiu no seu Planejamento Estratégico para a gestão do XVI plenário ações organizadas por meio da Comissão Nacional de Psicologia na Educação (PSINAED).

compreender a infância de seus alunos, dar sua contribuição para que o educador infantil possa rever sua identidade enquanto profissional, encontrando um sentido cada vez mais significativo pra seu fazer pedagógico, buscar auxiliar o educador nas relações de equipe e na construção da turma enquanto grupo. O mesmo, em busca de fazer com que o educador compreenda a dinâmica familiar e o novo perfil familiar de seus alunos, ajuda-o refletir sobre sua família e a refletir e conhecer sobre o desenvolvimento humano e os processos ensino/aprendizagem com base nos fundamentos teóricos que sustentam sua prática, possibilitando que ele possa compreender e encaminhar, com clareza, o percurso de escolarização de seus alunos evitando os excessivos encaminhamentos a sessões psicopedagógicas. Além disso, o Psicólogo Escolar pode desenvolver ações preventivas junto com o corpo docente no que se refere ao uso de drogas, realizar Orientação Vocacional e Profissional com os alunos desenvolver ações esclarecedoras junto com o corpo docente para os alunos sobre sexualidade, ética, agressividade, desenvolver ações esclarecedoras junto com o corpo docente para as famílias sobre desenvolvimento humano, prevenção do uso de drogas, sexualidade, agressividade, ética... desenvolver ações esclarecedoras junto com o corpo docente para as famílias sobre o desenvolvimento acadêmico dos alunos, desenvolver ações esclarecedoras junto com o corpo docente para famílias e alunos sobre a metodologia e os objetivos da escola, participar com toda equipe da escola da construção de seu projeto político pedagógico e desenvolver trabalho de relações grupais para que a equipe da escola possa cada dia melhorar suas relações interpessoais.

5. 2 ASPECTOS ÉTICOS NA ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO EDUCACIONAL.

Em toda e qualquer profissão, a ética deve ser levada em consideração, sendo que o conjunto de regras e atividades humanas tende a criar condições indispensáveis de boa conduta para existência da sociedade, e com as mesmas, consigamos modificar, construir coisas, fatos ou atos do dia a dia, na busca de fazer da forma mais correta possível, no intuito de um objetivo plausível. Não apenas ao psicólogo, mas em todas em todas as profissões existem as regras e atividades para a prática profissional, nas quais forma-se o Código de Ética que explica-nos sobre como o profissional deve agir, mediante a sua função, dentro da sua

respectiva categoria. Ética é um conjunto de valores morais, culturais, históricos e sociais que norteiam a conduta de cada indivíduo, em meio a sociedade à qual está inserido. *

De acordo com Almeida (2003), a ética se apresenta como uma reflexão crítica sobre a moralidade, procurando o fundamento do valor que norteia o comportamento. Segundo a autora, ela não pode ser reduzida a um conjunto de normas e prescrições; sua missão é explicar a moral efetiva. A ética pode servir para fundamentar uma moral, sem ser em si mesma normativa ou preceptiva. Ainda segundo Almeida:

“A questão da ética nos indaga desde as nossas intenções conscientemente planejadas aos desejos mais ocultos, incluindo as nossas realizações, os saberes que as orientam e as finalidades e os efeitos, objetivantes e subjetivantes, dos nossos atos, como palavra e ação. Introduzir o campo da ética nas reflexões, nos programas de formação e nas práticas que desenham o perfil profissional do psicólogo escolar significa, necessariamente, repensar e avaliar as teorias, as técnicas e os instrumentos psicológicos em uso, de modo a considerá-los como ferramentas de trabalho – e não dogmas universais e invioláveis.” (ALMEIDA, 2002, p. 181)

Ainda segundo a autora, na articulação existente entre educação e mercado como movimento histórico da sociedade em que vivemos, percebemos a existência de antagonismos cujas raízes configuram-se politicamente. Neste sentido, o vínculo entre a política e a educação deve ser compreendido como manifestação socialmente determinada e tanto a educação como a política constituem-se como práticas sociais, embora a dependência da educação face à política seja maior que desta com relação àquela. Tal subordinação é histórica e, segundo Saviani apud Souza (2010), deve ser superada. A esse respeito, o autor esclarece que a educação e a política são práticas distintas, específicas, embora se articulem: toda prática educativa possui uma dimensão política e toda política possui uma dimensão educativa. A educação constitui-se como prática não-antagônica e, diferentemente da política, não pode ser partidária (antagônica) e sim universal. Assim, o autor esclarece que o exercício pleno da prática educativa só será possível quando a sociedade superar seus antagonismos sociais (SOUZA, 2010).

* Códigos de Ética expressam sempre uma concepção de homem e de sociedade que determina a direção das relações entre os indivíduos. Traduzem-se em princípios e normas que devem se pautar pelo respeito ao sujeito humano e seus direitos fundamentais.

Segundo Souza (2010), embora o psicólogo saiba que a prática educativa não é desinteressada, ao identificar os fenômenos contrários à emancipação humana, é possível também que ele reconheça os vínculos entre educação e política e, ainda que a sociedade não tenha superado seus antagonismos sociais, ele trabalhe em prol de uma educação democrática. Segundo a autora, a instituição escolar apresenta uma função específica na organização do capital, tendo em vista que o conhecimento, o saber, a ciência, que são desenvolvidos a partir da escola, estão envolvidos em determinadas condições sociais e políticas que marcam posicionamentos nem sempre discutidos ou explicitados.

O psicólogo trabalha sob tensões que devem ser identificadas e explicitadas para que ele não seja capturado ideologicamente em suas relações com a instituição escolar. De acordo com a autora, se o profissional não se impõe, fica aprisionado num fazer absolutamente periférico. Ademais, o psicólogo que sucumbe às pressões institucionais, não encontrando brechas para promover mudanças, além de ideologicamente comprometido, fica tecnicamente frágil, perdendo, inclusive, credibilidade perante a comunidade escolar (SOUZA, 2010).

Ainda segundo Souza (2010), o trabalho do psicólogo possui uma singularidade: ele passa pelas questões da constituição humana, o que implica no envolvimento da dimensão ética na formação do indivíduo, que envolve fatores como consciência política, dignidade, respeito, cidadania, dentre outros.

No dia 21 de julho de 2005, em Brasília, mediante a reunião realizada em plenário, foi aprovado o Código de Ética Profissional do Psicólogo. O Conselho Federal de Psicologia, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971; Considerando o disposto no Art. 6º, letra “e”, da Lei nº 5.766 de 20/12/1971, e o Art. 6º, inciso VII, do Decreto nº 79.822 de 17/6/1977; Considerando o disposto na Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, que consolida o Estado Democrático de Direito e legislações dela decorrentes; Resolveu aprovar o Código de Ética Profissional do Psicólogo. O qual entrou em vigor no dia 27 de agosto do mesmo ano. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Resolução CFP nº

002/87.

Levando em consideração as mudanças na sociedade, as transformações nas profissões, pensou-se também que tudo isso exige de nós, uma reflexão continuada sobre o próprio código de ética que orienta a prática do profissional psicólogo. Tendo em vista que a missão deste código de ética profissional não é de ditar normas a serem seguidas no trabalho a ser exercido, mas assegurar, dentro de valores relevantes para a sociedade e para as

práticas desenvolvidas, um padrão de conduta que fortaleça o reconhecimento social daquela categoria.* O dito, busca direcionar quanto as relações em meio aos princípios e normas que devem se pautar pelo respeito ao sujeito humano e seus direitos fundamentais. Por constituir a expressão de valores universais, tais como os constantes na Declaração Universal dos Direitos Humanos; socioculturais, que refletem a realidade do país; e de valores que estruturam uma profissão, um código de ética não pode ser visto como um conjunto fixo de normas e imutável no tempo. E com o objetivo de atender à evolução do contexto institucional legal do país, a categoria em geral sentiu a necessidade de formular o terceiro Código de Ética da profissão no Brasil.

A construção do Código de Ética buscou: Valorizar os princípios fundamentais como grandes eixos que devem orientar a relação do psicólogo com a sociedade, a profissão, as entidades profissionais e a ciência, pois esses eixos atravessam todas as práticas e estas demandam uma contínua reflexão sobre o contexto social e institucional. Abrir espaço para a discussão, pelo psicólogo, dos limites e interseções relativos aos direitos individuais e coletivos, questão fundamental para as relações que estabelece com a sociedade, os colegas de profissão e os usuários ou beneficiários dos seus serviços. Contemplar a diversidade que configura o exercício da profissão e a crescente inserção do psicólogo em contextos institucionais e em equipes multiprofissionais. Estimular reflexões que considerem a profissão como um todo e não em suas práticas particulares, uma vez que os principais dilemas éticos não se restringem a práticas específicas e surgem em quaisquer contextos de atuação. Este Código de Ética Profissional ao ser aceito e divulgado, torna-se um instrumento que transmite a sociedade as responsabilidades e deveres do profissional psicólogo, oferecendo diretrizes para a sua formação e balizando os julgamentos das ações do profissional, contribuindo para o fortalecimento e ampliação do significado social da profissão.

6. A INSTITUIÇÃO ESCOLAR NO BRASIL.

Quando falamos na escola no Brasil lembramos que ela começa o seu papel desde a colonização, ou seja, foi a partir do descobrimento de nosso país que foi desenvolvido um

* A formulação deste Código de Ética, o terceiro da profissão de psicólogo no Brasil, responde ao contexto organizativo dos psicólogos, ao momento do país e ao estágio de desenvolvimento da Psicologia enquanto campo científico e profissional.

modelo sedimentar de escola. Uma escola que veio preocupada em ensinar os bons costumes, a religião e o latim ao índio. É bom salientarmos que o ensino vem desenvolver dois tipos de literatura, uma estava preocupada em informar, que era a literatura informativa, cabia a mesma dar informações sobre tudo aquilo que existia em nossas terras ao rei de Portugal e por outro lado vinha a literatura catequética, que estava preocupada em domesticar o “bom selvagem”, que era assim chamado o índio.

É importante percebermos que a educação nas comunidades primitivas era um ensino informal e visava um ensino das coisas práticas da vida coletiva, focada na sobrevivência e perpetuação de padrões culturais, ou seja, não havia uma educação confiada a uma instituição específica, porque ela acontecia espontaneamente mediada pela convivência em grupo. É o aprender fazendo, interrelacionando vida e trabalho nesse processo.

O termo escola vem do grego *scholé* significando “lazer, tempo livre”. Esse termo era utilizado para nomear os estabelecimentos de ensino pelo fato de a tradição greco-romana não valorizar a formação profissional e o trabalho manual. Formar o homem das classes dirigentes era o ideal da educação grega. O professor não deveria ensinar de acordo com suas concepções, mas de acordo com a exigência da sociedade, devendo formar os futuros governantes e ocupantes dos altos cargos. O mestre filósofo era o responsável pela educação dos seus discípulos, em geral cinco e geralmente ensinava política, artes, aritmética e filosofia.

Os jesuítas criaram as primeiras escolas quando aqui chegaram em 1549, com o objetivo de formar sacerdotes e catequizar o índio, dedicando-se também à educação da elite nacional. A Companhia de Jesus foi uma instituição criada essencialmente para fortalecer e defender a Igreja. A Companhia demorou 59 anos para formular o seu plano de atuação – O *Ratio Studiorum*, finalizado em 1599 e totalmente influenciado pela cultura europeia e considerado um perfeito instrumento de controle. Ou seja, privilegiavam uma cultura intelectual idealizada em nome da Igreja, em detrimento da emancipação intelectual.

Na Alemanha e na França é que se inicia a educação pública estatal, porém, sem o interesse de atender aos filhos da classe trabalhadora. No séc. XIX ela é inaugurada nos EUA e no Brasil no final do séc. XIX quando principiou o processo de industrialização do país.

No Brasil, para uma melhor compreensão da atuação da escola, fundamental é falar das tendências pedagógicas. Lembrando que nenhuma teoria ou método pedagógico é neutro, pois está enraizado no momento histórico, econômico e político na qual é formulado.

No século XX, no Brasil construiu-se um ideal de sociedade do lazer ancorado na ilusão do mundo de consumo, surgem os movimentos de contracultura (beatniks, hippies, punks); os movimentos de mobilização das minorias (movimento estudantil, feminista, grupos de defesa dos direitos humanos) e o surgimento das ONGs. Todas essas mudanças exigiram um novo tipo de escola, principalmente uma escola pública, leiga, gratuita e obrigatória devido à vertiginosa industrialização.

No Brasil, a educação só passou realmente a ser debatida no início do século XX a partir das discussões surgidas com os intelectuais brasileiros que passaram a analisar a educação de forma mais profunda. Tal análise começou como o movimento escola novista na década de 20, que surgiu como uma crítica à educação tradicional, buscando acima de tudo a universalização do ensino no país. Preconizava ainda uma nova escola, onde o aluno passasse a ser ouvido e defendendo uma escola que formasse um homem novo.

A partir desse movimento surge o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), documento assinado e liderado por Fernando de Azevedo e com apoio de Aluizio de Azevedo, Anísio Teixeira, Cecília Meireles e várias outras personalidades.

Tal manifesto surgiu porque não havia ainda um sistema escolar adequado ao país, dando uma forma mais racional à educação, cientificando-a.

Nos anos 60, surgem movimentos contra a escola, propondo a desescolarização, e uma crítica ferrenha à escola, surgindo uma nova concepção. A escola passa a ser vista sob a perspectiva de reprodutora das desigualdades da sociedade.

Dermeval Saviani*, um dos grandes teóricos da educação, classifica as teorias educacionais em teorias críticas e não-críticas. As teorias não-críticas entendem a educação

* Dermeval Saviani é um filósofo e pedagogo brasileiro que durante sua trajetória como educador, voltou-se à diversos projetos e pesquisas no universo educacional. Na obra Educação e Democracia (1987), Saviani retrata uma série de falhas e problemas no sistema educacional brasileiro em diversos momentos históricos e afirma que estas vêm fortalecendo as desigualdades e privilegiando a classe dominante.

como uma ferramenta de equalização social, de superação da desigualdade social, vista de forma autônoma em sua atuação, e ao tentar entende-la partem dela mesma. Como exemplos de teorias não-críticas temos a pedagogia tradicional(preconiza o professor como centro do processo de ensino e ao aluno cabe aprender o que lhe é transmitido, sem ter o direito de questionar, preconiza o “aprender”), a pedagogia nova(defende a escola como um meio de equalização social, enfatiza o “aprender a aprender”). Daí vem o escolanovismo. Propunha uma ampla modificação na aparência das escolas, com salas de aula de aspecto mais agradável e mais alegre. A partir daí surge a pedagogia tecnicista, já que a pedagogia nova não conseguiu seu intento. A última das teorias não –críticas é a pedagogia tecnicista que enfatiza o “aprender a fazer” e tem como objetivo tornar o processo de ensino mais operacional, formando homens competentes e produtivos.

As teorias acima representam um processo de reorganização do aparelho escolar que passou por um intenso processo de burocratização. Essa fragmentação no trabalho pedagógico causou um caos no campo educativo por tentar comparar a educação com o sistema fabril.

Quanto às teorias críticas, elas são também denominadas de teorias críticoreprodutivistas, pois são compreendidas a partir da influência da sociedade a qual servem. Portanto, há uma estreita relação entre educação e sociedade. Entre essas teorias Dermeval Saviani cita: a teoria do sistema de ensino enquanto violência simbólica(como exemplo temos a violência material imposta pela classe dominante à classe dominada, o que provoca uma violência cultural, o que vemos claramente na ação pedagógica institucionalizada, ou seja, no sistema escolar).

Uma outra teoria crítico-reprodutivista é a teoria da escola enquanto aparelho ideológico de Estado, que Althusser bem distinguiu em Aparelhos Repressivos de Estado(a Polícia, os Tribunais, etc.) e os Aparelhos Ideológicos de Estado(a igreja, a família, os sindicatos, as escolas, etc.).Esses aparelhos ideológicos espalham a ideologia dominante, de forma não institucionalizada, mas de forma massiva e ideológica, já que a escola serve como instrumento de inculcação do pensamento da classe dominante. Para isso, ela prepara durante vários anos as crianças provenientes de todas as classes sociais e as transmite a ideologia da classe dominante, reproduzindo assim as relações de exploração do sistema capitalista.

A teoria dualista é a última teoria crítico-reprodutivista. Esta teoria acredita que a escola é dividida em duas camadas ou classes: o proletariado e a burguesia e que essa divisão está presente em todo o conjunto escolar, desde a primária até a secundária. Tal teoria entende

que a escola cumpre a missão de formar a força de trabalho pra atuar no sistema, contribuindo para a reprodução das relações produtivas. Ela reconhece que existe uma ideologia proletária, mas que a ideologia proletária não está na escola. Através dessas teorias conclui-se que as teorias não-críticas não conseguem bons resultados, por distanciarem a educação da realidade do aluno e as teorias crítico-reprodutivistas explicam o porquê do fracasso escolar.

Comenius (Jean Amos Komenisky – 1592 – 1670), considerado o pai da didática, considerou a escola como o espaço fundamental da educação do homem, estruturando seu pensamento na máxima: Ensinar tudo a todos. Para ele, essa educação concebida em um ambiente adequado, com diálogo e através da experiência é que formaria cidadãos capazes e atuantes no mundo. O mesmo, acredita na escola como uma aliada nesse modelo de construção do saber.

Maria Montessori, representante da Pedagogia Nova, a partir de experiências com o ensino de crianças, conclui que o espaço ideal para ser uma escola é uma casa com um jardim cultivado pelas crianças, com liberdade onde as crianças aprendem e se desenvolvem sem a ajuda dos adultos. Já que para Montessori, o ambiente adulto se torna um obstáculo para o desenvolvimento das crianças. Assim, preparando-se um ambiente adequado aos movimentos das crianças, ocorrerá a manifestação psíquica natural e, portanto um aprendizado saudável.

Para Paulo Freire, grande expoente da educação brasileira, a escola é o espaço onde se dá o diálogo entre os homens, mediatizados pelo mundo ao redor, surgindo daí a necessidade de transformação do mundo. “Não devemos chamar o povo à escola para receber instrução, postulados, receitas, ameaças, repreensões e punições, mas para participar coletivamente da construção de um saber, que vai além do saber de pura experiência feito, que leve em conta as suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe transformar-se em sujeito de sua própria história (...) Freire, 1980. Freire considera a escola como um espaço político para a organização popular.

Numa perspectiva realmente progressista, democrática e não arbitrária, não se muda a “cara” da escola por portaria. Não se decreta que, de hoje em diante, a escola será competente, séria e alegre. Não se democratiza a escola autoritariamente. A administração precisa testemunhar ao corpo docente que o respeita que não teme revelar seus limites a ele, corpo docente. A administração precisa deixar claro que pode errar. Só não pode é mentir. (Freire, 1980)

No século XXI, a escola enfrenta um dilema. Com o grande avanço tecnológico, a era do computador, surge o desafio: seguir uma formação intelectual ou uma formação profissional?

As promessas que foram feitas no séc. XIX, para a implantação de uma escola pública e universal não se cumpriram de fato. O modelo da escola tradicional sofreu inúmeras críticas nos últimos tempos. Como enfrentar tais desafios na atual estrutura da escola? “A educação é um fenômeno próprio dos seres humanos” (SAVIANI, 2000, p 15).

Afirmar isso, significa dizer que para se compreender a natureza da educação precisamos compreender a natureza humana. O humano distingue-se dos demais seres vivos pela sua capacidade de adaptar a natureza a si, transformando-a, enquanto os demais seres vivos adaptam-se a ela. O humano precisa produzir a todo instante sua existência enquanto os demais seres vivos, adaptando-se, têm sua existência garantida.

Por isso o ser humano é o único ser histórico, pois apenas ele vive em perpétua transformação, pelo passado que guarda na memória e pelo projeto do futuro. Sua unidade existencial o torna único e insubstituível. Segundo Kant, “é o único ser cuja existência é um valor absoluto, é um fim em si e não um meio para outras coisas”.

Ao transformar a natureza o humano produz trabalho e é o trabalho que o diferencia, a partir do momento em que planeja a ação e tem consciência desse ato. O humano é, portanto criador de sua própria “humanidade”.

O humano não se contenta apenas com a satisfação das necessidades naturais. Além de sobreviver ele deseja estar bem. Por isso busca sempre novos objetivos que vão além da satisfação das necessidades naturais.

Tornamo-nos humanos pela educação. É pela educação que aprendemos a ordenar o mundo, apreendemos as verdades da comunidade, enfim, nos socializamos, ou seja, adquirimos uma forma de pensar, falar, agir, segundo os ditames da cultura em que estamos inseridos. Apesar de acharmos que nossas posturas são naturais na verdade tudo o que somos é apreendido ao longo da nossa existência.

Como afirma Rodrigues (1992, p 39) “A educação é do tamanho da vida. Não há começo. Não há fim. Só há travessia. E se queremos descobrir a verdade da educação, ela terá que ser descoberta no meio da travessia”.

Assim faz sentido afirmar que a educação começa já na concepção, continua após o nascimento e vai pelo resto da vida. Implica, portanto um constante reeducar-se e uma

permanente autoeducação. Aprendemos a sermos humanos através do convívio com os demais membros da nossa comunidade.

Tanto é verdade que crianças que foram perdidas ou abandonadas na selva em tenra idade não aprenderam a ser seres humanos, desenvolveram andar quadrúpede, dentes mais pronunciados, não falavam, apenas uivavam e grunhiam. Nada aprenderam e com o contato com a sociedade, quando levadas ao convívio social, na adolescência, logo morreram, as que chegaram a idade adulta não conseguiram um desenvolvimento pleno. É, portanto pelo processo educacional primário que nos tornamos seres humanos.

Independente da concepção de educação, independente das influências que o local atribui para a elaboração destas concepções podemos considerar como grande conquista deste século a ideia de que “não existe idade para a educação, de que ela se estende pela vida e que não é neutra”. (GADOTTI, 1997, p 34)

Nas culturas ditas “primitivas” o processo de aprendizagem é natural. A herança cultural é transmitida informalmente por qualquer membro da tribo às novas gerações pela vivência entre adultos e crianças.

Já nas culturas “civilizadas” houve a ampliação do conhecimento e a divisão entre os indivíduos com base na economia e gerou também a divisão do saber. Aí surgiu a Escola como responsável pela transmissão do conhecimento às novas gerações.

Até o século XVI as crianças precisavam abandonar sua casa para receber educação escolar, que era ministrada por mestres, isoladamente do ambiente familiar, causando uma grande perda emocional, provocada por essa distância.

Após isso a escola se difundiu e as crianças passaram a voltar para casa após o período de aula e a escola assumiu a estrutura que tem hoje.

LA TAILLE, (1992, p 33) fala que na sociedade contemporânea, a escola adquire especial importância e as relações nela estabelecidas são imprescindíveis na construção dos processos psicológicos dos sujeitos. Na situação de ensino/aprendizagem a intervenção pedagógica leva o educando a desenvolver avanços que não ocorreriam espontaneamente.

“A importância da intervenção deliberada de um indivíduo sobre os outros como forma de promover desenvolvimento articula-se com o postulado básico de Vygotsky a aprendizagem é fundamental para o desenvolvimento desde o nascimento da criança”. (LA TAILLE, 1992, p 33).

Essa intervenção que se dá pelo adulto durante o ato educativo propicia o acesso dos sujeitos ainda imaturos da cultura letrada ao conhecimento. Essa intervenção, que chamamos de diretividade é condicionada pelas opções ideológicas que o educador faz, ciente disso ou não.

Nas culturas civilizadas a escola deu conta da transmissão do conhecimento sistematizado às novas gerações e os docentes eram os grandes responsáveis por essa transmissão. Isso serviu aos ideais daquela sociedade.

Mas como vai a instituição escolar e principalmente como vai a educação escolar nos dias atuais? Como esta intervenção está se dando. São essas indagações que o educador não pode se eximir de fazer, se deseja que sua ação docente seja reflexiva.

Para empreender uma análise da função da escola na contemporaneidade se faz necessário a priori lançar um olhar analítico sobre o momento atual em que nos encontramos, numa perspectiva sócio-histórica, uma vez que a sociedade dos novos tempos demanda por uma escola nova.

A grande questão que envolve a eficácia da escola de hoje é que ela não é uma escola para hoje, mas para o ontem, incapaz de servir aos interesses da sociedade aberta, global e complexa em que vivemos.

Como saber se as obrigações sociais da escola estão sendo eficazmente cumpridas? Que critérios usamos para definir a qualidade de uma determinada escola? Existe uma escola ideal? Que requisitos podem servir de indicadores de qualidade da educação escolar? O que se espera de uma escola para que ela seja considerada boa?

A instituição escolar, uma das mais antigas e sólidas dentre as instituições, atravessou séculos, testemunhou mudanças de sistemas econômicos e mudanças em modelos civilizacionais. Hoje, porém as análises conjunturais da esfera educacional formal são desoladoras. Segundo GOHN (2001, p.07): “A rede escolar é avaliada como atrasada e ineficiente em todos os sentidos (cobertura, processo de gestão, qualificação profissional dos recursos humanos, resultados, infraestrutura física, etc.)”.

Diz-se que um sistema de ensino é bom se ele conseguir exprimir com clareza o que se espera dele. Percebe-se, entretanto, que as escolas desconhecem o que se espera delas. E a sociedade espera muito da escola.

“Excluem-se da escola os que não conseguem aprender, excluem-se do mercado de trabalho os que não têm capacidade técnica porque antes não aprenderam a ler, escrever e

contar e excluem-se, finalmente, do exercício da cidadania esses mesmos cidadãos porque não conhecem os valores morais e políticos que fundam a vida de uma sociedade livre, democrática e participativa” (BARRETO, 1994, p 59).

A sociedade contemporânea, também denominada Sociedade Informática, cibercultura, ou pós-modernidade desloca o saber para o saber/fazer. Independente do rótulo, incontestavelmente os tempos são outros e demandam por uma escola diferente, assim como exige posturas também diferentes dos profissionais da educação.

Hoje as grandes verdades não mais dão conta de explicar a realidade. A sociedade contemporânea perdeu a dimensão teleológica. O fim ideal nunca chega. Os processos levam continuamente a novos processos. Cai por terra a crença de que o mundo é regido pela linearidade, como uma receita, em que primeiro se faz isso, depois aquilo e se tem o resultado esperado. A sociedade pós-moderna apresenta um ritmo inédito na história, em que o tempo é o atual, o aqui e o agora.

Na falta de verdades absolutas, prosperam incertezas textuais. O mundo não vai parar para que se busque soluções. É necessário pensar as soluções no processo.

Isso tem relevantes implicações para a educação escolar, pois com o advento da sociedade pós-moderna a acessibilidade à informação se disseminou. A informação está na internet, na televisão, nas revistas, no celular, com todo o dinamismo e rapidez. E a figura do professor, único detentor do conhecimento, que marcou o início da instituição escolar se distancia cada vez mais.

Nos dias atuais os diversos tipos de mídia se misturam e formam novos ambientes de trabalho e lazer, enfim criam uma nova realidade, que está disponível a quem dela necessitar.

As novas tecnologias e seu uso em sala de aula ou em ambientes de aprendizagem de modo geral leva a reflexão de quanto o ser humano evoluiu ao longo da sua trajetória. Até o mais rudimentar artefato utilizado pelos nossos antepassados pode ser considerado como um alicerce para a chegada ao maravilhoso mundo de desenvolvimento tecnológico que se tem hoje.

A tecnologia está presente nas tarefas mais simples do dia a dia, mesmo nas que não são perceptíveis. A linguagem do rádio, televisão, revistas, internet permeiam a sociedade contemporânea, mas a escola ainda opera com linguagem escrita. Em inúmeras escolas públicas os recursos estão restritos à sala de Tevé Escola ou laboratórios de Informática, que

por vezes mantêm-se ociosos. Não é por menos que muitos dos indivíduos ainda se encontrem alijados do mundo tecnológico.

É necessário, porém que se estabeleçam limites que definam a questão do uso correto das Tecnologias de Informação e Comunicação. Não se trata, de substituir a intervenção do professor/a, mas de servir de base para que os diferentes recursos tecnológicos seja alicerçado o conhecimento. Quanto a isso, Cortelazzo, que afirma que:

“Os professores devem trabalhar com seus alunos não só para ajudá-los a desenvolverem habilidades, procedimentos, estratégias para coletar e selecionar informações, mas, sobretudo, para ajudá-los a desenvolverem conceitos. Conceitos que serão a base para a construção de seu conhecimento”. (CORTELAZZO, 2006, p 18).

A inquietude é uma característica do sujeito pós moderno e isso deve ser aproveitado pela escola para que o aluno queira buscar informações e construir o conhecimento. Antes de tudo a postura do professor deve ter um quê de inquietude, que possa instigar a busca pelo novo.

A escola provedora de informação já não responde à demanda da nova sociedade.

A escola para a sociedade da informação é a que desperta nos alunos e alunas os mecanismos necessários para lidar com o imenso volume de informações a que são diariamente submetidos. Acesso aos conteúdos os alunos têm. Cabe à escola desenvolver no aluno o desejo de querer ter essas informações e poder transformá-las em conhecimento.

A escola tem a função instrucional, que é a função de preparar os indivíduos para o mundo do trabalho. Tem ainda a função socializadora, que mesmo sem muita ênfase no preparo dos profissionais da educação para desenvolvê-la, esta função acaba acontecendo pelo próprio convívio espontâneo.

“Como mediação para a apropriação histórica da herança cultural a que supostamente têm direito os cidadãos, o fim último da educação é favorecer uma vida com maior satisfação individual e melhor convivência social. A educação, como parte da vida, é principalmente aprender a viver com a maior plenitude que a história possibilita. Por ela se toma contato com o belo, com o justo e com o verdadeiro, aprende-se a compreendê-los, a admirá-los, a valorizá-los e a concorrer para sua construção histórica, ou seja, é pela educação que se prepara para o usufruto (e novas produções) dos bens espirituais e materiais”. (PARO, 2001, p 37-38).

A educação escolar deve ter por finalidade a formação humana. Não basta formar para o trabalho, ou para a sobrevivência, como parece entender os que consideram a escola apenas como um instrumento para preparar para o mercado de trabalho ou para entrar na universidade.

Diante de problemas reais não podemos nos limitar às fórmulas vazias, aos conteúdos desconectados da realidade. A escola deve preparar para a própria vida, não para o futuro, mas para o viver bem, isto é, para o desfrute de todos os bens criados socialmente pela humanidade. É preciso que a escola seja prazerosa e alegre para seus alunos desde já. A primeira condição para propiciar isso é que a educação se apresente enquanto relação humana dialógica, que possa garantir a todos os envolvidos as condições de desenvolvimento como protagonista do processo educativo.

7. METODOLOGIAS MODERNAS (ATIVAS).

De acordo com Pimenta (1997)*, os saberes docentes podem ser analisados de três formas: experiência, conhecimento e saber pedagógico. Aqueles do cotidiano, adquirido a parti das vivências gerais, como aluno, docente e ser social e de experiências de colegas, são tidos como os saberes de experiência. Os que advêm do conhecimento adquirido através da formação acadêmica e que são utilizados como informação para transmissão de modo contextualizado, são os saberes do conhecimento. Já a terceira forma de saber que é o pedagógico, é necessário além da experiência e conhecimentos acadêmicos, o saber ensinar, repassar, é o tipo em que o docente vai aprendendo com a prática, ao mesmo tempo que se reinventa e aprimora ao praticar.

As metodologias ativas surgem com o propósito de uma aprendizagem promissora, contribuindo na formação de pessoas com personalidade crítica e motivada a encarar e construir significados no viver, possibilitando mudanças ao tempo que busca aprender a aprender. Uma maneira bem utilizada atualmente, das metodologias ativas é a sala de aula sendo inovada através de um método aonde acontece a inversão da lógica de

* Pimenta (1997, p. 42) ressalta: Uma identidade profissional constrói-se com base na significação social da profissão; na revisão constante dos significados sociais da profissão; na revisão das tradições. Mas também na reafirmação das práticas consagradas culturalmente e que permanecem significativas. Práticas que resistem a inovações porque são oriundas de saberes válidos às necessidades da realidade, do confronto entre as teorias existentes, da construção de novas teorias. Constrói-se também pelo significado que cada professor, como ator e autor, confere à atividade docente do seu cotidiano com base em seus valores, seu modo de situar-se no mundo, suas histórias de vida, suas representações, seus saberes, suas angústias e seus anseios.

organização da sala de aula. Dessa forma, discentes passam a aprender em suas casas, por meio de vídeo-aulas, áudios, games os conteúdos. Enquanto isso, o docente estará disposto a tirar dúvidas e reforçar os conteúdos vistos, ao mesmo tempo que busca estimular o senso crítico dos discentes e incentiva a participar das aulas através de debates.

Segundo Santos, (et al., 2017) A forma como o docente repassa o conteúdo pode refletir positiva ou negativamente no percurso de ensino-aprendizado do discente. Contudo é de fundamental importância que busquemos métodos modernos que motivem os discentes a adquirir conhecimentos com maior facilidade. Quase sempre ao buscarem escolher a metodologia didática , a maior parte dos docentes buscam o tradicional , o que lhes foi ensinado, não por ser o mais fácil, mas por ser o método, técnica ao qual se deparou durante o seu processo acadêmico, aonde conteúdos eram ministrados através de aulas expositivas. No entanto, atualmente percebe-se a necessidade de estar acompanhando o processo de avanços tecnológicos e com ele as influências causadas da vidas dos discentes. Todavia com o propósito de usufruir de modo satisfatório desse processo de transformação e crescimento, deve-se procurar inovar as técnicas de ensino/aprendizagem com o intuito de atrair a atenção dos discentes para um aprendizado através do uso de algo que lhe interesse, prenda a sua atenção, utilizando os meios virtuais, como ferramenta para interagir com os conteúdos, sem sair de casa ou trabalho, dando oportunidade ao aluno de pesquisar e buscar encontrar as respostas para suas indagações.

As variadas transformações de ordem econômica, social, cultural, política e tecnológica que vem mudando a vida das pessoas de modo significativo e as relações construídas entre elas. Todavia, desenvolver habilidades novas para acompanhar esses novos tempos torna-se necessário para melhorar a educação, não se podendo negar a quantidade assustadora de modificações nos últimos tempos. Contudo, a escola não fica de fora deste contexto que vem sendo marcado por incertezas, onde o imprevisível toma conta de tudo. Isso deve-se aos avanços remotos, devendo assim, haver também uma adaptação o processo de conhecimento a estes novos tempos.

As variadas transformações de ordem econômica, social, cultural, política e tecnológica que vem mudando a vida das pessoas de modo significativo e as relações construídas entre elas. Todavia, desenvolver habilidades novas para acompanhar esses novos tempos torna-se necessário para melhorar a educação, não se podendo negar a quantidade assustadora de modificações nos últimos tempos. Contudo, a escola não fica de fora deste contexto que vem sendo marcado por incertezas, onde o imprevisível toma conta de tudo. Isso deve-se aos avanços remotos, devendo assim, haver também uma adaptação o processo de conhecimento a estes novos tempos.

Na metodologia ativa de aprendizagem, o discente torna-se responsável, principal agente do seu processo educacional, tendo autonomia, sendo mais dinâmicos e participativos, o conhecimento sendo adquirido não apenas através do que é transmitido, mas sendo construído. O aluno sendo o autor ativo, havendo valorização de seus conhecimentos prévios e opiniões como principais fontes da construção do saber. E o professor agindo como o facilitador, auxiliando e permitindo que o discente aprenda através da sua autonomia. Deixando claro que o ato de ensinar não está apenas no passar conteúdos, mas sim em instigar, provocar e proporcionar a construção, reflexão e transformação sem perder de vista o respeito à autonomia do discente, sendo colocado no centro do processo educacional.

A instituição ganha ao fazer o ensino/aprendizagem dessa forma, através da valorização e naturalização, permitindo que os discentes sejam protagonistas desse processo de conhecimento que é do próprio. Instigando-os através de projetos, na transformação de paradigmas para aqueles que desejam ingressar no mercado de trabalho.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Ao concluir esse trabalho de pesquisa qualitativa, observo que a mesma busca sanar as dúvidas quanto ao fato de que as mudanças na vida do indivíduo humano são numerosas, diversificadas e em geral aleatórias, e essa circunstância dificulta sobremaneira seu estudo. Contudo, a utilidade desse estudo está relacionada à necessidade de se haver um empenho ainda maior, por parte da família, escola, políticos, sociedade e educação de um modo geral, em busca de tentar salvar e não deixar o ser humano que pede socorro, alheio, à mercê dos percalços sociais, através da construção e reforçamento de valores e normas para uma intervenção adequada, de forma que ela, não venha a se constituir num obstáculo ao desenvolvimento harmônico das potencialidades do educando.

Da escola é exigida a formação de indivíduos com competência técnico administrativa, porém não é só isso. É também exigida da escola de hoje, a formação de cidadãos comprometidos que não se alienem do momento histórico, social, econômico e político, que sejam fazedores da sua história.

Para tanto se faz necessário mudanças educacionais profícuas que incorporem, além das funções clássicas, a função de estimular inteligências e gerenciar seu pensamento e sua existência.

Todavia, o psicólogo que se insere no campo escolar torna-se responsável pela promoção de saúde mental da mesma, atuando junto a todos os membros que fazem parte da escola, sendo eles: alunos, educadores (diretores, professores e funcionários) e os pais. Tendo convicção de que o trabalho com estas pessoas é sempre contínuo e a intervenção, deverá ser sempre em grupo, buscando se preocupar com os indivíduos e suas limitações, promovendo bons relacionamentos interpessoais, boa autoestima, boas condições de aprendizagem/ desenvolvimento, facilidade de expressão, acesso à equipe pedagógica. Contudo, tendo sido treinado, em psicologia e educação, esse profissional estará completamente capacitado para desenvolver, orientar professores, educadores quanto ao trabalho educacional.

Como futura Psicóloga na área da educação, que é a minha área de atuação há pouco mais de uma década, como professora. Vejo que terei grandes chances de estimular profissionais, familiares e discentes a seguirem unidos, em busca de um mesmo propósito da educação que é formar pessoas, capazes de se sobressaírem nas mais diversas situações em que lhe forem colocadas no dia a dia, sem precisar ferir ou desvalorizar o seu semelhante,

sem precisar menosprezar a condição humana de ninguém. Terei como ferramenta tudo o que aprendi nos estudos acadêmicos, além de vivências, experiências nos estágios que me servirão para a elaboração de futuros projetos voltados para a melhoria do ensino/aprendizagem, ao mesmo tempo, levando em consideração a valorização da pessoa humana, como ser agente transformador econômico, cultural e social no ambiente em que habita.

REFERÊNCIAS.

CAMPOS, Dinah M. S. **Psicologia da Aprendizagem**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
CARRARA, K. **Behaviorismo radical: crítica e metacrítica**. Marília: Unesp Marília; São Paulo: Fapesp, 1998.

CARVALHO, D. D. **A Psicologia frente a educação e o trabalho docente. Psicologia em Estudo**, v. 7, n. 1, p. 51-60, 2002.

COLL, C. S.; MESTRES, M. M.; GOÑI, J. O.; GALLART, I. S. **Psicologia da educação**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

COLL, César et. al. (Org.). **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. v. 2. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **(1992) Atribuições profissionais do psicólogo no Brasil**. Disponível em:
<http://pol.org.br/legislacao/pdf/atr_prof_psicologo.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2010.

CUNHA, M. V. **A psicologia da educação: dos paradigmas científicos às finalidades educacionais**. Revista da Faculdade de Educação, v. 24, n. 2, 1998.

_____. **Psicologia da Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

_____. **Psicologia do Ensino**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

_____. **Psicologia da Educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DAVIDOFF, Linda L. **Introdução à Psicologia**. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2001.

GOULART, Iris Barbosa. **Psicologia da Educação**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

LUNA, S. V. **Contribuições de Skinner para a educação**. In: PLACCO, V. M. N. S. (Org.) *Psicologia e educação: revendo contribuições*. São Paulo: Educ/Fapesp, 1999. 44

MAHONEY, Abigail Alvarenga. **Contribuições de H. Wallon para a Reflexão sobre Questões Educacionais**. In: PLACCO, V.M.N.S. (org.) *Psicologia & Educação: revendo contribuições*. São Paulo: FAPESP/EDUCA, 2007, p. 117-144.

MEIRA, M. E. M. *Psicologia escolar: pensamento crítico e práticas profissionais*. In: TANAMACHI, E. R.; PROENÇA, M.; ROCHA, M. (Org.). **Psicologia e educação: desafios teórico-práticos**. 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

PATTO, H. S. **Introdução à Psicologia escolar**. São Paulo. Queiroz Ed. 1981.

PAPALIA, Diane; OLDS, Sally Wendkos. **Desenvolvimento Humano**. 7. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

PILETTI, N. **Psicologia educacional**. São Paulo: Ática, 1984.

Revista GUAL, Florianópolis, v. 8, n. 3, p. 281-304, set. 2015 www.gual.ufsc.br 286

SKINNER, B. F. **Tecnologia do ensino**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1972.

WOOLFOLK, Anita E. **Psicologia da Educação**. 7. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

www.planeta.terra.com.br/educacao/teletrabalho/psicologia.htm

www.psicologia.com.pt/instrumentos/testes/

www.centrorefeducacional.com.br/vygotsky.

ANEXOS

O Código de Ética Profissional do Psicólogo ao ser aprovado e divulgado, a espera é de que o mesmo seja um aparato capaz de demarcar para a sociedade as responsabilidades e deveres do psicólogo, oferecer diretrizes para a sua formação e delimitar os julgamentos das suas ações, contribuindo para o fortalecimento e ampliação do significado social da profissão.”

Princípios Fundamentais

I. O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

III. O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural.

IV. O psicólogo atuará com responsabilidade, por meio do contínuo aprimoramento profissional, contribuindo para o desenvolvimento da Psicologia como campo científico de conhecimento e de prática.

V. O psicólogo contribuirá para promover a universalização do acesso da população às informações, ao conhecimento da ciência psicológica, aos serviços e aos padrões éticos da profissão.

VI. O psicólogo zelará para que o exercício profissional seja efetuado com dignidade, rejeitando situações em que a Psicologia esteja sendo aviltada.

VII. O psicólogo considerará as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais, posicionando-se de forma crítica e em consonância com os demais princípios deste Código.

Das Responsabilidades do Psicólogo

Art. 1º – São deveres fundamentais dos psicólogos:

- a. Conhecer, divulgar, cumprir e fazer cumprir este Código;
- b. Assumir responsabilidades profissionais somente por atividades para as quais esteja capacitado pessoal, teórica e tecnicamente;

c. Prestar serviços psicológicos de qualidade, em condições de trabalho dignas e apropriadas à natureza desses serviços, utilizando princípios, conhecimentos e técnicas reconhecidamente fundamentados na ciência psicológica, na ética e na legislação profissional;

d. Prestar serviços profissionais em situações de calamidade pública ou de emergência, sem visar benefício pessoal;

e. Estabelecer acordos de prestação de serviços que respeitem os direitos do usuário ou beneficiário de serviços de Psicologia;

f. Fornecer, a quem de direito, na prestação de serviços psicológicos, informações concernentes ao trabalho a ser realizado e ao seu objetivo profissional;

g. Informar, a quem de direito, os resultados decorrentes da prestação de serviços psicológicos, transmitindo somente o que for necessário para a tomada de decisões que afetem o usuário ou beneficiário;

h. Orientar a quem de direito sobre os encaminhamentos apropriados, a partir da prestação de serviços psicológicos, e fornecer, sempre que solicitado, os documentos pertinentes ao bom termo do trabalho;

i. Zelar para que a comercialização, aquisição, doação, empréstimo, guarda e forma de divulgação do material privativo do psicólogo sejam feitas conforme os princípios deste Código;

j. Ter, para com o trabalho dos psicólogos e de outros profissionais, respeito, consideração e solidariedade, e, quando solicitado, colaborar com estes, salvo impedimento por motivo relevante;

k. Sugerir serviços de outros psicólogos, sempre que, por motivos justificáveis, não puderem ser continuados pelo profissional que os assumiu inicialmente, fornecendo ao seu substituto as informações necessárias à continuidade do trabalho;

l. Levar ao conhecimento das instâncias competentes o exercício ilegal ou irregular da profissão, transgressões a princípios e diretrizes deste Código ou da legislação profissional.

Art. 2º – Ao psicólogo é vedado:

a. Praticar ou ser conivente com quaisquer atos que caracterizem negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão;

b. Induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais;

c. Utilizar ou favorecer o uso de conhecimento e a utilização de práticas psicológicas como instrumentos de castigo, tortura ou qualquer forma de violência;

d. Acumpliciar-se com pessoas ou organizações que exerçam ou favoreçam o exercício ilegal da profissão de psicólogo ou de qualquer outra atividade profissional;

e. Ser conivente com erros, faltas éticas, violação de direitos, crimes ou contravenções penais praticados por psicólogos na prestação de serviços profissionais;

f. Prestar serviços ou vincular o título de psicólogo a serviços de atendimento psicológico cujos procedimentos, técnicas e meios não estejam regulamentados ou reconhecidos pela profissão;

g. Emitir documentos sem fundamentação e qualidade técnico-científica;

h. Interferir na validade e fidedignidade de instrumentos e técnicas psicológicas, adulterar seus resultados ou fazer declarações falsas;

i. Induzir qualquer pessoa ou organização a recorrer a seus serviços;

j. Estabelecer com a pessoa atendida, familiar ou terceiro, que tenha vínculo com o atendido, relação que possa interferir negativamente nos objetivos do serviço prestado;

k. Ser perito, avaliador ou parecerista em situações nas quais seus vínculos pessoais ou profissionais, atuais ou anteriores, possam afetar a qualidade do trabalho a ser realizado ou a fidelidade aos resultados da avaliação;

l. Desviar para serviço particular ou de outra instituição, visando benefício próprio, pessoas ou organizações atendidas por instituição com a qual mantenha qualquer tipo de vínculo profissional;

m. Prestar serviços profissionais a organizações concorrentes de modo que possam resultar em prejuízo para as partes envolvidas, decorrentes de informações privilegiadas;

n. Prolongar, desnecessariamente, a prestação de serviços profissionais;

o. Pleitear ou receber comissões, empréstimos, doações ou vantagens outras de qualquer espécie, além dos honorários contratados, assim como intermediar transações financeiras;

p. Receber, pagar remuneração ou porcentagem por encaminhamento de serviços;

q. Realizar diagnósticos, divulgar procedimentos ou apresentar resultados de serviços psicológicos em meios de comunicação, de forma a expor pessoas, grupos ou organizações.

Art. 3º – O psicólogo, para ingressar, associar-se ou permanecer em uma organização, considerará a missão, a filosofia, as políticas, as normas e as práticas nela vigentes e sua compatibilidade com os princípios e regras deste Código.

Parágrafo único: Existindo incompatibilidade, cabe ao psicólogo recusar-se a prestar serviços e, se pertinente, apresentar denúncia ao órgão competente.

Art. 4º – Ao fixar a remuneração pelo seu trabalho, o psicólogo:

a. Levará em conta a justa retribuição aos serviços prestados e as condições do usuário ou beneficiário;

b. Estipulará o valor de acordo com as características da atividade e o comunicará ao usuário ou beneficiário antes do início do trabalho a ser realizado;

c. Assegurará a qualidade dos serviços oferecidos independentemente do valor acordado.

Art. 5º – O psicólogo, quando participar de greves ou paralisações, garantirá que:

a. As atividades de emergência não sejam interrompidas;

b. Haja prévia comunicação da paralisação aos usuários ou beneficiários dos serviços atingidos pela mesma.

Art. 6º – O psicólogo, no relacionamento com profissionais não psicólogos:

a. Encaminhará a profissionais ou entidades habilitados e qualificados demandas que extrapolem seu campo de atuação;

b. Compartilhará somente informações relevantes para qualificar o serviço prestado, resguardando o caráter confidencial das comunicações, assinalando a responsabilidade, de quem as receber, de preservar o sigilo.

Art. 7º – O psicólogo poderá intervir na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional, nas seguintes situações:

a. A pedido do profissional responsável pelo serviço;

b. Em caso de emergência ou risco ao beneficiário ou usuário do serviço, quando dará imediata ciência ao profissional;

c. Quando informado expressamente, por qualquer uma das partes, da interrupção voluntária e definitiva do serviço;

d. Quando se tratar de trabalho multiprofissional e a intervenção fizer parte da metodologia adotada.

Art. 8º – Para realizar atendimento não eventual de criança, adolescente ou interdito, o psicólogo deverá obter autorização de ao menos um de seus responsáveis, observadas as determinações da legislação vigente;

1. §1º – No caso de não se apresentar um responsável legal, o atendimento deverá ser efetuado e comunicado às autoridades competentes;

2. §2º – O psicólogo responsabilizar-se-á pelos encaminhamentos que se fizerem necessários para garantir a proteção integral do atendido.

Art. 9º – É dever do psicólogo respeitar o sigilo profissional a fim de proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade das pessoas, grupos ou organizações, a que tenha acesso no exercício profissional.

Art. 10 – Nas situações em que se configure conflito entre as exigências decorrentes do disposto no Art. 9º e as afirmações dos princípios fundamentais deste Código, excetuando-se os casos previstos em lei, o psicólogo poderá decidir pela quebra de sigilo, baseando sua decisão na busca do menor prejuízo.

Parágrafo Único – Em caso de quebra do sigilo previsto no caput deste artigo, o psicólogo deverá restringir-se a prestar as informações estritamente necessárias.

Art. 11 – Quando requisitado a depor em juízo, o psicólogo poderá prestar informações, considerando o previsto neste Código.

Art. 12 – Nos documentos que embasam as atividades em equipe multiprofissional, o psicólogo registrará apenas as informações necessárias para o cumprimento dos objetivos do trabalho.

Art. 13 – No atendimento à criança, ao adolescente ou ao interdito, deve ser comunicado aos responsáveis o estritamente essencial para se promoverem medidas em seu benefício.

Art. 14 – A utilização de quaisquer meios de registro e observação da prática psicológica obedecerá às normas deste Código e a legislação profissional vigente, devendo o usuário ou beneficiário, desde o início, ser informado.

Art. 15 – Em caso de interrupção do trabalho do psicólogo, por quaisquer motivos, ele deverá zelar pelo destino dos seus arquivos confidenciais.

1. § 1º – Em caso de demissão ou exoneração, o psicólogo deverá repassar todo o material ao psicólogo que vier a substituí-lo, ou lacrá-lo para posterior utilização pelo psicólogo substituto.

2. § 2º – Em caso de extinção do serviço de Psicologia, o psicólogo responsável informará ao Conselho Regional de Psicologia, que providenciará a destinação dos arquivos confidenciais.

Art. 16 – O psicólogo, na realização de estudos, pesquisas e atividades voltadas para a produção de conhecimento e desenvolvimento de tecnologias:

a. Avaliará os riscos envolvidos, tanto pelos procedimentos, como pela divulgação dos resultados, com o objetivo de proteger as pessoas, grupos, organizações e comunidades envolvidas;

b. Garantirá o caráter voluntário da participação dos envolvidos, mediante consentimento livre e esclarecido, salvo nas situações previstas em legislação específica e respeitando os princípios deste Código;

c. Garantirá o anonimato das pessoas, grupos ou organizações, salvo interesse manifesto destes;

d. Garantirá o acesso das pessoas, grupos ou organizações aos resultados das pesquisas ou estudos, após seu encerramento, sempre que assim o desejarem.

Art. 17 – Caberá aos psicólogos docentes ou supervisores esclarecer, informar, orientar e exigir dos estudantes a observância dos princípios e normas contidas neste Código.

Art. 18 – O psicólogo não divulgará, ensinará, cederá, emprestará ou venderá a leigos instrumentos e técnicas psicológicas que permitam ou facilitem o exercício ilegal da profissão.

Art. 19 – O psicólogo, ao participar de atividade em veículos de comunicação, zelará para que as informações prestadas disseminem o conhecimento a respeito das atribuições, da base científica e do papel social da profissão.

Art. 20 – O psicólogo, ao promover publicamente seus serviços, por quaisquer meios, individual ou coletivamente:

- a. Informará o seu nome completo, o CRP e seu número de registro;
- b. Fará referência apenas a títulos ou qualificações profissionais que possua;
- c. Divulgará somente qualificações, atividades e recursos relativos a técnicas e práticas que estejam reconhecidas ou regulamentadas pela profissão;
- d. Não utilizará o preço do serviço como forma de propaganda;
- e. Não fará previsão taxativa de resultados;
- f. Não fará autopromoção em detrimento de outros profissionais;
- g. Não proporá atividades que sejam atribuições privativas de outras categorias profissionais;
- h. Não fará divulgação sensacionalista das atividades profissionais.

Das

Disposições

Gerais

Art. 21 – As transgressões dos preceitos deste Código constituem infração disciplinar com a aplicação das seguintes penalidades, na forma dos dispositivos legais ou regimentais:

a. Advertência; b. Multa; c. Censura pública; d. Suspensão do exercício profissional, por até 30 (trinta) dias, ad referendum do Conselho Federal de Psicologia; e. cassação do exercício profissional, ad referendum do Conselho Federal de Psicologia.

Art. 22 – As dúvidas na observância deste Código e os casos omissos serão resolvidos pelos Conselhos Regionais de Psicologia, ad referendum do Conselho Federal de Psicologia.

Art. 23 – Competirá ao Conselho Federal de Psicologia firmar jurisprudência quanto aos casos omissos e fazê-la incorporar a este Código.

Art. 24 – O presente Código poderá ser alterado pelo Conselho Federal de Psicologia, por iniciativa própria ou da categoria, ouvidos os Conselhos Regionais de Psicologia.

Art. 25 – Este Código entra em vigor em 27 de agosto de 2005.